



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 7 | DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

### INSTITUIÇÕES E PROJETOS DESTINADOS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

#### INSTITUTIONS AND PROJECTS FOR THE POPULATION IN THE STREET SITUATION OF THE MUNICIPALITY OF MOSSORÓ/RN

Jhênifer Brena Soares de Medeiros<sup>1</sup>

#### RESUMO

A população em situação de rua é um segmento cuja existência está correlacionada diretamente com a lógica do sistema capitalista e se caracteriza como uma complexa expressão da questão social. De acordo com o Serviço Especializado em Abordagem Social, que é realizado pelo Centro de Referência Especializado em Abordagem Social, o município de Mossoró/RN conta com 288 pessoas em situação de rua. O artigo tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada durante a construção de um trabalho monográfico apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, que obteve como objetivo identificar as instituições e projetos que fornece algum tipo de serviço ao segmento rua do município. Através da técnica “bola de neve” a pesquisa identificou 14 instituições e projetos, sendo destas 6 instituições públicas e 8 surgiram a partir da iniciativa privada.

**Palavras-Chaves:** Questão Social. Política Social. População em Situação de Rua.

#### ABSTRACT

The population in the street situation is a segment whose existence is directly correlated with the logic of the capitalist system and is characterized as a complex expression of the social question. According to the Specialized Service in Social Approach, which is carried out by the Reference Center Specialized in Social Approach, the municipality of Mossoró/RN has 288 people in street situation. The article aims to present the results of a research carried out during the construction of a monographic work presented to the State University of Rio Grande do Norte - UERN, which aimed to identify the institutions

<sup>1</sup> Assistente Social. Perita do Núcleo de Perícia Judicial (NUPEJ). Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: jheniferbrena@hotmail.com.

and projects that provides some kind of service to the street segment of the municipality. Through the "snowball" technique, the research identified 14 institutions and projects, of which 6 were public institutions and 8 emerged from the private sector.

**Keywords:** Social Issues. Social Policy. Population in Street Situation.

## INTRODUÇÃO

A existência da população em situação de rua está diretamente ligada à lógica contraditória do capitalismo, sendo resultado dos antagonismos e das desigualdades procedentes desse sistema. São sujeitos que estão em condição de penúria, carentes de meios que lhe permitam obter uma vida digna, que possuem vínculos fragilizados não apenas com a sociedade, mas também com seus próprios familiares, e constantemente possuem seus direitos negados, assim como, são esquecidos e invisíveis para o restante da população e para o Estado.

O presente artigo tem como principal objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada durante a construção de um trabalho monográfico apresentado à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, cujo intuito foi identificar as instituições, os serviços e programas que ofertaram atendimento à população em situação de rua do município de Mossoró/RN no ano de 2018. Durante o percurso metodológico da referida pesquisa, foi utilizado o método materialismo histórico dialético e para coleta dos dados se utilizou o método de amostragem “Bola de Neve”. Por intermédio dessa técnica cada sujeito entrevistado apontava outro(s) sujeito(s) social(is) de seu conhecimento que fornecesse serviço à população em situação de rua do município e assim consecutivamente.

## 2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Conforme mencionado anteriormente, a existência desse segmento possui ligação com a lógica contraditória do sistema em que estamos inseridos. Um sistema contraditório em que aqueles que produzem os meios de alcance da lucratividade, não usufruem dela; sistema que não é capaz de absorver a todos e cria uma população sobrando (desempregados) que fica à mercê da sorte, sistema que necessita dessa

parcela para continuar aumentando seu lucro. (MUNIZ; DUARTE; PEREIRA, 2011; AMARAL, 2010).

Ressalta-se que o fenômeno da população em situação de rua possui outras causas estruturais, sendo vários os motivos que levam os sujeitos à rua. Por possuir diversas particularidades que distingue esse segmento dos demais, ele se caracteriza como uma complexa expressão da questão social<sup>2</sup>. E por ser um grupo bastante heterogêneo, há uma dificuldade em formular um conceito com somente uma única dimensão. Diante dessa situação, torna-se válido usufruir da definição presente no Decreto nº 7.053/09, que foi responsável por instituir a Política Nacional para a População em Situação de rua- PNPR, que define esse segmento como um

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009a).

Tomando como referência a definição supracitada, pode-se se destacar três principais características do segmento rua, quer seja: extrema pobreza; ausência ou fragilidade dos vínculos familiares; e a inexistência de “moradia”.

Entre agosto de 2007 e março de 2008 foi realizado o I Censo e Pesquisa Nacional sobre à População em situação de rua, que contou com dados de apenas 71 municípios e estimou-se que no Brasil obtinha 31.922 mil pessoas em situação de rua com idade superior a dezoito anos (BRASIL, 2009b). Sendo o único censo que apresenta dados relevantes a respeito desse segmento. Já em 2016 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, divulgou uma pesquisa que se estimou que em 2015 havia no Brasil aproximadamente 101.854 mil pessoas em situação de rua, contudo, para se chegar a esse número, foi utilizado dados presentes no Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS).

Anos depois, o Brasil continua sem dados oficiais mais consolidados e é certo que sem eles a implementação de políticas públicas que venham atender de forma eficiente

---

<sup>2</sup> “A questão social [...] é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mas além da caridade e repressão.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 83-84).

as necessidades desse segmento fica prejudicada. Afinal, como implementá-las, se não se conhecesse as reais peculiaridades dessa população? A partir dos dados obtidos com o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua foi possível obter informações relevantes sobre essa população, a citar que essas pessoas possuem acesso ao trabalho por intermédio de suas formas mais precárias, visto que exercem trabalhos informais e atividades pontuais (os “bicos”). As atividades laborativas mais citadas foram: catador de material reciclado e flanelinha (BRASIL, 2009b). Destaca-se que durante essa pesquisa um pouco mais de 70% dos entrevistados informaram exercer alguma atividade remunerada, o que vai de encontro com a ideia difundida que a maioria desses sujeitos são mendigos e pedintes (LIMA, 2014).

Por não estarem inseridos no mercado formal de trabalho não contribuírem diretamente com a economia, deixam de ser funcionais ao capitalismo e se constituem um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade. A partir do referido Censo foi possível descobrir que das 31.922 pessoas identificadas, 54,2% são naturais de outras cidades e o principal motivo de deslocamento, mais precisamente 45,3%, foi a procura por emprego e a inexistência de oportunidades os levaram às ruas.

Outro importante dado obtido foi que a população em situação de rua é predominantemente formada por negros e pardos (67%), sendo isto consequência da própria formação sócio histórica do país. Ademais, essa população é predominantemente masculina (82%) e o fato de a busca por emprego levar grande parcela dessa população às ruas, pode explicar um pouco dessa porcentagem, afinal, o modelo patriarcal de sociedade, que delimita os papéis dos gêneros, aponta que o homem é o responsável por ser o provedor da família.

Esse Censo também apontou que os conflitos existentes no seio familiar motivaram 29,1% dos entrevistados irem para as ruas. Esse fato contribui para que o Estado retire sua responsabilidade, esquivando-se de suas obrigações e transferindo-as para as famílias. O elemento mais citado como motivador foi o uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas (35,5%), mas não são todos que fazem uso, cada um possui uma relação diferente com elas e a ideia de que todas as pessoas que estão situação de rua fazem uso problemático dessas substâncias, potencializa o preconceito e a aversão que a sociedade possui com essa população.

Esses sujeitos sofrem diversas violações e violências, cometidas não somente pelo restante da sociedade, como também pelo Estado e por aqueles que também estão em situação de rua. Sofrem com agressões físicas e verbais; com extermínios e chacinas; possuem objetos saqueados e direitos negados (MNPR, 2010). Frisa-se que o próprio Estado se constitui como principal violador dos direitos, visto que, de acordo com o Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável - CNDDH, das 419 denúncias de violências registradas no Centro, durante o período de março a agosto de 2017, em aproximadamente 272 (65%) o causador da violação foi um agente público (SCHRAMM, 2017).

No Brasil, os primeiros tratamentos ofertados a esse segmento se alternavam em ações repressivas e filantrópicas. O caráter repressivo era consequência da criminalização da “vadiagem” e as ações filantrópicas eram bastante estimuladas pela Igreja, sendo motivadas pelo espírito de amor ao próximo e solidariedade com a pobreza; nessas ações havia distribuição de mantimentos, intervenções pontuais na área da saúde e educação cristã desses sujeitos. Foi no final da década de 1960 que surgiram no Brasil as primeiras iniciativas de organizações políticas desta população. Em 1988 houve a promulgação da Constituição Cidadã que trouxe consigo diversos ganhos, dentre eles os direitos sociais. Contudo, o ideário liberal difundido fortemente na década seguinte, conteve as conquistas alcançadas; e a diminuição do Estado no âmbito social gerou a precarização dos serviços públicos, o único meio de acesso do segmento rua aos seus direitos.

Em agosto de 2004, ocorreu o ‘Massacre da Sé’, em que 15 pessoas foram atacadas enquanto dormiam na Praça da Sé, localizada na região central de São Paulo e dessas, sete acabaram falecendo. Com o ocorrido, várias cidades brasileiras se organizaram para pensar ações voltadas a população em situação de rua e o Estado passou a ser pressionado para intervir e elaborar políticas voltadas para o atendimento das necessidades deste segmento (Ibid.). Até início do século XXI não existiam políticas públicas voltadas diretamente ao atendimento.

Uma das principais conquistas foi quando o Ministério de Desenvolvimento Social realizou a Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua, já citada anteriormente, que subsidiou a elaboração da PNPR, que foi instaurada em 2009, por

intermédio do decreto de nº 7.053. A PNPR indica a complexidade dessa população e expressa a necessidade de uma política voltada unicamente para esse segmento, que venha a visualizar e atender suas especificidades. Essa política busca assegurar que essa população obtenha amplo, simplificado e seguro acesso aos serviços e programas fornecidos pelas demais políticas públicas.

Apenas em 2011, através da Portaria nº 2.488, que aprovou a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, houve a preocupação em definir Equipes de Atenção Básica de Saúde que fornecessem o cuidado a populações específicas, dentre elas a população em situação de rua. Para isto foi instituído o Consultório de Rua, visando ampliar o acesso desses sujeitos aos serviços de saúde.

Em 2015 foi criada a Comissão dos Direitos da população em situação de rua, que possui como objetivo, “receber, apurar e monitorar as denúncias de violações de direitos deste segmento social, propor recomendações para o aperfeiçoamento das políticas públicas relacionadas ao setor” (BRASIL, 2015). Apesar de haver uma política que indica a heterogeneidade destes sujeitos, de modo que necessitam de um olhar multifacetado e respostas que venham ser emitidas articuladamente, constata-se que no Brasil a população em situação de rua acaba sendo atendida apenas pelas ações das políticas de saúde e de assistência social e embora ambas sejam importantes e atendem algumas das necessidades dos sujeitos, elas não são suficientes para atender a todas, pois o segmento rua é bastante complexo. Mesmo com muitas conquistas, as políticas destinadas a essas pessoas, continuaram possuindo um caráter paliativo, com desenvolvimento de ações mínimas e fragmentadas; por vezes esses sujeitos ainda são alvos de ações truculentas e policiaescas, que visam “limpar” a sociedade, pois a presença desses sujeitos não remete uma boa imagem para a cidade.

### 3 A REALIDADE MOSSOROENSE

O Município de Mossoró está situado no interior do Rio Grande do Norte e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, obtinha 297.378 mil habitantes em 2019<sup>3</sup>. A análise quantitativa das pessoas em situação de rua no

---

<sup>3</sup>Estas informações foram retiradas do site do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama>. Acesso em: 20jun 2020.

município é realizada desde 2012 pela Equipe multiprofissional do Centro de Referência Especializado de Assistência Social e através da expansão do Serviço Especializado em Abordagem Social, a equipe constatou do período de julho de 2017 a outubro de 2018, 288 pessoas em situação de rua em Mossoró/RN.

Visando identificar as instituições e projetos ofertados no município, foi utilizado o método de amostragem “bola de neve”. Essa técnica faz uso de uma cadeia de referência, em que para se dar início a pesquisa é necessário um informante-chave que vai ajudar ao pesquisador a realizar seus contatos, formando, posteriormente, todo o grupo a ser pesquisado (VINUTO, 2014). Durante a pesquisa foi utilizado a gerente executiva da proteção social especial do município como informante-chave. A escolha foi motivada pelo fato de que diante da realidade vivenciada por esta população, os serviços a eles direcionado no âmbito da assistência social, se enquadram na proteção social especial. Após o primeiro contato, obteve-se conhecimento de seis instituições que garante algum tipo de serviço à população em situação de rua e posteriormente se deu continuidade a pesquisa.

Após a realização de mais 19 entrevistas<sup>4</sup>, foi possível identificar 14 instituições e projetos que executa algum tipo de ação. Para se chegar a esse número, não foi utilizada apenas as informações alcançadas com a técnica bola de neve, como também o conhecimento pessoal da pesquisadora. Dentre os 17 equipamentos que fornecem alguma ação a este segmento, 14 foram mencionados por algum entrevistado, os outros 3 foram identificados através de conhecimento adquirido anterior a realização da pesquisa.

Foram identificadas não apenas instituições públicas, como também instituições e projetos organizados pela sociedade civil organizada e por instituições religiosas. Dentre as instituições públicas temos: o Centro de Referência de Assistência Social – CREAS, Plantão Social, Casa de Passagem Olga Pereira, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas III – CAPS AD III, Consultório na Rua e Centro Clínico Evangélico Edgard Bulamarqui.

---

<sup>4</sup> Além da informante-chave foi entrevistado 13 profissionais ou representantes das instituições e projetos identificados no decorrer da pesquisa; 3 sujeitos que realizam de forma esporádica algum tipo de ação com a população em situação de rua; a gerente do Sistema Único da Assistência Social no município; um líder do Movimento Nacional da População em Situação de Rua; e um conselheiro do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

O **CREAS** executa o Serviço Especializado em Abordagem Social, que durante sua execução identifica a população em situação de rua e, a partir dos atendimentos psicossociais, toma conhecimento das necessidades da população atendida. Durante o serviço a Equipe fornece informações e orientações sobre os serviços disponíveis e os direitos do segmento rua, bem como procura realizar os devidos encaminhamentos.

O **Plantão Social** fornece o serviço de documentação cidadã, no qual a população pode solicitar a segunda via de alguns documentos, como a Carteira de Identidade. Na instituição os sujeitos também conseguem informações e encaminhamentos para outros serviços, programas e benefícios sociais, como o Bolsa Família.

A **Casa de Passagem Olga Pereira** fornece acolhimento provisório para os adultos, podendo eles permanecer na instituição por quarenta e cinco dias. Seu principal objetivo é suprir algumas necessidades básicas dos sujeitos, a citar: moradia, higiene, lazer, alimentação e atendimentos à saúde.

O **CAPS AD III** é “[...] destinado a proporcionar a atenção integral e contínua a pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool, crack e outras drogas [...]” (BRASIL, 2012). O profissional entrevistado declarou que a instituição possui uma alta demanda deste segmento, sendo mais frequente pela demanda espontânea.

O **Consultório na Rua** foi o único equipamento mapeado que fornece atendimento exclusivo à população em situação de rua, todas as outras fornecem ações para diversos outros segmentos. Apesar de ter sido instituído nacionalmente em 2011, em Mossoró o Consultório foi criado apenas em 2016. O objetivo do Consultório é fornecer assistência à saúde ao segmento rua, de modo que esse atendimento ocorre tanto por intermédio de intervenções realizadas nas ruas, como através de encaminhamentos, a depender da demanda.

O **Centro Clínico Evangélico Edgard Bulamarqui** foi apontado por diversos entrevistados como a Unidade Básica de Saúde referência para o segmento rua do município. O profissional entrevistado, informou que a população rua tem acesso em todos os serviços ofertados na Unidade, não havendo nenhum atendimento diferenciado.

Com relação aos serviços públicos, aponta-se que apenas os profissionais do CREAS e do Plantão Social informaram que participaram de uma capacitação ofertada

pela gestão municipal, contudo, essa capacitação não foi aberta para todos os equipamentos e não foi direcionada para como abordar e atender as necessidades do segmento rua, mas sim, para o debate e conhecimento das especificidades dessa população. A falta de capacitação é uma grande problemática, à medida que se corre o risco de que os agentes que deveriam garantir direitos, passem a violá-los. Outro grande problema condiz com a sobrecarga dos profissionais, visto que a maioria das instituições não atende unicamente as necessidades da população em situação de rua e se deparam cotidianamente com diversas demandas, gerando um esgotamento dos profissionais, que afeta diretamente a qualidade do atendimento.

Acrescenta-se que o município recebeu verba para a construção de um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP entre 2012 e 2013, entretanto devido a falhas na gestão o serviço não foi implementado, ficando o dinheiro parado por anos na conta do município, sendo depois realocado em outros espaços socioassistenciais. Por fim, foi observado que com relação as políticas públicas ofertadas ao segmento rua do município, não há um cenário distinto do nacional, no qual se foi observado apenas políticas da Assistência Social e da Saúde, não sendo constatado ações em outras áreas como por exemplo habitação ou educação.

Conforme mencionado anteriormente a população em situação de rua de Mossoró/RN também é atendida por serviços ofertados pela sociedade civil. Das 14 mapeadas, 8 fazem parte do terceiro setor e destas 4 são instituições e projetos de cunho religioso e 4 são organizadas pela sociedade civil em geral. As instituições religiosas mapeadas foram: Projeto Santa Bakhita, Projeto Reviver, Desafio Jovem e a Associação Âncora Morada de Amparo e Restauração – AAMAR, mais conhecida como Casa Âncora.

O **Projeto Santa Bakhita** é um dos projetos ofertados pelo Lar da Criança Pobre que existe no município desde 1979. O projeto consiste na oferta de um lugar para descanso noturno e outro para realização de atividades relacionadas à higiene, assim como três refeições diárias e mantimentos, a depender da necessidade de cada um.

O **Projeto Reviver**, o **Desafio Jovem** e a **Casa Âncora** se enquadram como comunidades terapêuticas, os três projetos ofertam uma moradia de caráter temporário, para que os sujeitos com problemas com uso abusivo e problemático de

substâncias psicoativas possam ser acolhidos para realização de tratamento. Todos admitem a espiritualidade como cargo chefe do tratamento, pois visualizam uma orientação religiosa como “cura”; estabelecem regras e horários; se utilizam de trabalhos manuais e domésticos com métodos psicoterapêuticos (laborterapia). Nesses projetos as ações ofertadas visam a transformação dos sujeitos, todavia o principal meio de alcance desse intuito é a inserção de princípios bíblicos, religiosos e morais.

A presença dessas instituições religiosas na implementação de políticas públicas demonstra que o passado do Brasil não foi totalmente superado. Sua atuação é preocupante, à medida que suas ações habitualmente possuem um caráter conservador e filantrópico, que culpam os sujeitos pela situação vivenciada, não realizando uma análise crítica sobre a realidade ou executando suas atividades a partir de uma perspectiva de direitos. Por outro lado, não se pode negar a importância dos serviços que são ofertados por essas instituições.

A pesquisa também mapeou projetos de iniciativa privada que realizam ações com o segmento rua, sendo estes: **Os Marginais**, **Fabricando Sorrisos**, **Amor e Bem e Rotaract**. As ações ofertadas por todos os projetos supracitados, consiste na oferta de alimentos e de mantimentos, a citar roupas e cobertores. Apenas o Rotaract que para além dessas ofertas, busca atender outras necessidades apresentadas pelos sujeitos. Ressalta-se que nenhum destes projetos realizam ações voltadas unicamente para a população em situação de rua.

Para além de todos esses projetos e instituições já mencionadas, há um conjunto de pessoas que realizam ações de forma esporádica e descontínua, normalmente uma oferta de alimentos. Por vezes há uma vinculação religiosa entre os sujeitos, por outras, não. A presença desses projetos resulta por vezes a partir de um espírito de solidariedade com a pobreza, com o amor e da compaixão com o próximo, como também é resultado da ausência do Estado na área social.

Observa-se que no município de Mossoró/RN a iniciativa privada possui um maior número de projetos destinado ao segmento rua. Contudo, elas visam o atendimento das necessidades mais imediata dos sujeitos, não realizando processos educativos ou de formação cidadã para os sujeitos, não abordando questões como garantia de direitos, sequer busca organizá-los enquanto movimento para reivindicação

dos seus direitos. Foi observado também, que não há uma real articulação entre os equipamentos, de modo que há apenas um encaminhamento do sujeito, quando a demanda por ele apresentada não pode ser atendida pela Unidade. Comumente, as instituições atuam de forma isolada e fragmentada e não pensam as demandas da população de forma coletiva, o que dificulta um atendimento com qualidade, visto que a heterogeneidade deste grupo populacional, demanda uma articulação, pois suas necessidades não serão atendidas por uma única política.

#### 4 CONCLUSÃO

É possível observar diversas conquistas no decorrer dos anos a partir da organização da população em situação de rua, junto de outros setores da sociedade e aqui destaco a implementação de uma política específica que trate as particularidades desse segmento social, a PNPR. Porém ainda é possível observar diversos obstáculos para materialização real desta política, como também que não ocorreu muitas modificações nas ações que estão sendo ofertados a estes sujeitos.

Percebeu-se que na realidade no município de Mossoró/RN a maioria das instituições e serviços ofertados a esse segmento, não atuam com um viés de garantia de direitos, mas sim de ajuda, havendo a execução de ações emergenciais e pontuais, com caráter assistencialista e filantrópico. O que não se distingue de uma realidade nacional, ademais, historicamente são esses o tipo de ações que são principalmente ofertadas à população em situação de rua.

Ressalta-se que não há a negação da importância dessas ações, mas sim uma crítica ao processo de desresponsabilização do Estado, de modo que esse se omite e abre espaço para atuação da iniciativa privada. Além desses serviços, observou-se que o segmento rua continua obtendo acesso unicamente a ações referentes a política de assistência social e a de saúde, não sendo observado ações de outras políticas, como habitacional e educacional. Um outro destaque é que no município foi verificado apenas um equipamento que está voltado unicamente ao segmento rua, quer seja o Consultório de Rua, todos os outros atendem a populações diversas. Tal fato dificulta o atendimento das particularidades das pessoas que estão em situação de rua.

Durante a pesquisa, foi constatado que não há uma real articulação entre os equipamentos identificados, em que cada uma realiza suas ações de maneira fragmentada e isolada, no qual a articulação entre eles ocorre apenas durante o encaminhamento dos sujeitos. Ressalta-se que a complexidade do segmento rua, exige um trabalho em rede. Ademais, não há um planejamento em conjunto das ações, tampouco uma formação ou capacitação conjunta dos sujeitos que trabalham com o segmento rua.

Frisa-se que a pesquisa permitiu construir uma “rede” maior que a conhecida pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Juventude e mais ampla que a identificada pelos entrevistados, o que também demonstra que não há uma articulação entre os sujeitos, tanto que eles não se conhecem completamente. São sujeitos que não sofrem um só tipo de violação, que não possuem um único tipo de necessidade e diante do forte processo de exclusão e sua condição de extrema pobreza, carecem de uma atenção especial do Estado, que possui como obrigação, assegurar condições necessárias para que as políticas públicas consigam atendê-las de forma contínua e especializada.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, D. **A rede de atenção a população em situação de rua: possibilidades de interferência na definição e concretização de uma política pública na cidade de São Paulo**. 2010. 162f. Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18044>>. Acesso em: 20 out 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 2009a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 130, de 26 de janeiro de 2012. **Redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPS AD III) e os respectivos incentivos financeiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, 2009b.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 06. **Institui a Comissão dos Direitos da População em Situação de Rua, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos Humanos**. Brasília, 2015.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA -IPEA. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Brasília, 2016. Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td\\_2246.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf)>. Acesso em: 23 out 2018.

LIMA, B. **“Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir”**: direito à cidade e população em situação de rua em Natal/RN. 2014. 244f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal, 2014. Disponível em:  
<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/browse?type=author&value=Lima%2C+Bruna+Massud+de>>. Acesso em: 19 out 2018.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA - MNPR. **Conhecer para Lutar**: Cartilha para Formação Política. 2010.

MUNIZ, L; DUARTE, S; PEREIRA, V. **Pobreza e exclusão social**: notas sobre um debate em curso e suas implicações na definição de políticas públicas. 2011. Disponível em:  
<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSES\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DA\\_SEGURIDADE\\_SOCIAL/POBREZA\\_E\\_EXCLUSAO\\_SOCIAL.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/POBREZA_E_EXCLUSAO_SOCIAL.pdf)>. Acesso em: 01 nov 2018.

SCHRAMM, F. **Violência contra população em situação de rua no Brasil é denunciada à ONU**. 2017. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/violencia-contra-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-e-denunciada-a-onu/22629>>. Acesso em: 20 out 2018.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. In. **Revista Temáticas**, n. 44, p. 203-220, ago./dez. Campinas, 2014. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/tematicas/article/view/2144/1637>>. Acesso em: 01 dez 2018.